

Produção, referentes às colheitas de 48 lavouras em 1955, apenas seis sofreram pequena redução nas quantidades. A taxa de incremento da produção agrícola (6,1%) foi satisfatória, sobretudo para o arroz, o café e o trigo.

Quanto à produção de origem animal, o seu crescimento foi estimado em 3,2%. E no setor extrativo vegetal o volume da produção apresentou um aumento de 1,6% sobre o ano de 1954.

Não seriam significativos tais aumentos de produção, se correspondessem apenas ao curto período de um ou dois anos. Analisando-se, porém, os dados relativos ao último decênio, verifica-se que a produção agropecuária se tem desenvolvido satisfatoriamente: não só acompanhou, mas chegou a superar o ritmo de crescimento da população (excetuando-se apenas o ano de 1947). Nos setores agrícola e de origem animal, a evolução do volume produzido "per capita" tem se mostrado satisfatória, o que não acontece na produção extrativa vegetal.

A quantidade "per capita" em 1955, comparativamente a 1954, no conjunto dos três setores da produção agropecuária, aumentou de 2,4%. Tal acréscimo deveu-se, principalmente, às culturas agrícolas, que cresceram em 3,2%. O incremento da produção de origem animal foi de apenas 0,5%, enquanto no extrativismo vegetal houve redução de 0,9%.

O VALOR DAS COLHEITAS

Com respeito ao valor da produção agrícola, seu crescimento tem sido ainda maior que o do volume das colheitas. Em 1955, este valor alcançou 118.240 milhões de cruzeiros, isto é, mais 9,12 milhões que no ano de 1954 ou mais 31.586 milhões de cruzeiros que em 1953. Não há dúvida que a desvalorização da moeda muito concorreu para esse aumento de valor. Na verdade, se levarmos em conta que o aumento nominal verificado, de '54 para '55, é inferior a 8% ao passo que a redução no poder aquisitivo da moeda teria sido da ordem de 20%, pode-se admitir que o valor real dos produtos agrícolas seria menor em 1955 do que no ano anterior.

Três Estados contribuíram com 58% da produção vegetal total (118.240 milhões de cruzeiros): São Paulo, com 37.875 milhões; Minas Gerais, com 18.723 milhões; e Rio Grande do Sul, com 12.814 milhões. Se-

guem-se-lhes com produção agrícola mais valorizada o Paraná (12.265 milhões de cruzeiros), a Bahia (7.037 milhões) e Pernambuco (3.789 milhões).

Tomando-se, porém, por base as quantidades produzidas, a ordem de colocação dos Estados já não é a mesma determinada pelo valor da produção. São Paulo e Minas Gerais conservam os primeiro e segundo lugares, respectivamente, com 17,7 e 10,6 milhões de toneladas; mas Pernambuco, com 8,3 milhões de toneladas substituiu o Rio Grande do Sul na terceira colocação. Este passa para quarto lugar, com 6,9 milhões de toneladas, seguindo-se-lhe a Bahia (5,7 milhões) e o Rio de Janeiro (5 milhões de toneladas). Vê-se, pois, que a diversificação das culturas no Rio Grande do Sul favorece a elevação do valor médio da tonelada, enquanto em Pernambuco a predominância da cana de açúcar (mais de 70% da quantidade) faz baixar aquele valor.

EXPORTAÇÃO E MERCADO INTERNO

Apresenta-se a produção agropecuária claramente dividida para duas órbitas de mercados: o externo e o interno. Tal divisão das safras, segundo a predominância dos mercados, revela tendência diversa. Aqueles produtos destinados mais ao mercado externo, como o café, o cacau, o algodão, a mamona, o sisal, o fumo e outros que representam cerca de 50% do valor das colheitas, acusam tendência à estabilização. Os demais, solicitados para o consumo interno, vêm evoluindo gradativamente de acordo com o crescimento da população.

A política de garantia de preços mínimos vem obtendo franca aceitação entre os agricultores e representa uma segurança para a estabilidade da produção. Notadamente para a cultura do algodão tem sido aplicada essa política e, se a isto acrescentarmos os créditos concedidos pelo Banco do Brasil, podemos dizer que o algodão é uma cultura dirigida. Já em relação aos gêneros alimentícios, não têm os preços mínimos, via de regra, a mesma importância que para a colônia cultural. E que os preços recebidos pelos produtores de gêneros alimentícios têm-se situado, em geral, acima do nível dos preços mínimos, graças às ótimas condições do mercado interno. Apesar disto, é provável que os gêneros alimentícios ainda

venham a necessitar amplamente do apoio dos preços mínimos, como processo de evitar as alternativas de safras volumosas e reduzidas, implantando-se regime de safras abundantes e uniformes em todo o País.

Alguns gêneros alimentícios têm sido protegidos por preços mínimos em diferentes oportunidades (o arroz, o milho, o feijão). Esses preços mínimos vigoraram no momento em que a oferta dos produtos era mais volumosa e, conseqüentemente, mais baixos os preços. Com relação ao trigo, por exemplo, o preço mínimo (que ainda na safra de 53-54 havia sido fixado na base de 230 cruzeiros por hectolito, tipo comum, subiu para 420 cruzeiros na safra de 55-56) tem constituído estímulo e garantia reais à produção, pois o mercado interno do produto é dirigido pelas colações internacionais, em vista da produção brasileira ser ainda pequena, correspondendo apenas a cerca de 30% das necessidades de consumo.

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA

O grau de mecanização das atividades agrícolas é comumente tomado como índice do progresso da agricultura. Nos últimos anos, a mecanização da lavoura tem sido preocupação constante do governo, que a vem facilitando, através de uma política de crédito. Embora lute o País com dificuldades cambiais para importação, procura-se sanar as influências negativas desta situação, emprestando-se à mecanização um desenvolvimento mais acelerado.

Acha-se instalada, no Ministério da Agricultura, uma Comissão Permanente de Revista de Material e está em pleno funcionamento o Fundo Especial de Mecanização da Lavoura, a fim de vender ao agricultor a maquinária agrícola de que necessita, com facilidade de pagamento, em três anos e pelo preço de custo. Além disto, dispõe o Ministério, em suas repartições localizadas em todo o País, de milhares de unidades de pequena maquinária de tração animal, conjuntos de motores-bombas para irrigação e implementos outros destinados à venda aos lavradores pelo preço de custo. Tais providências têm sido, inegavelmente, responsáveis em boa parte pela evolução verificada na produção agrícola — lenta ainda, devido à pequena utilização de equipamento mecânico e fertilizantes — mas indicativa de que o ritmo da produ-

tividade rural brasileira alcançará níveis mais satisfatórios dentro em breve.

Calcula-se que a lavoura brasileira utiliza atualmente cerca de 40 mil tratores, dos quais 32.525 teriam sido incorporados ao parque agrícola no decorrer do último quinquênio. Observa, a propósito, a revista "Conjuntura Econômica" que o progresso alcançado nesse setor ainda é diminuto e está longe de atingir o nível adequado, relativamente ao vulto de nossa exploração rural. No entanto, diversas circunstâncias vêm favorecendo a mecanização do trabalho agrícola, tais como o desenvolvimento industrial e a expansão do mercado interno, que exigem maior produção e melhor rendimento das culturas.

Em 1920, dos 648.153 estabelecimentos agrícolas censeados, 90.124 (ou 13,9%) possuíam arados e 1.398 (ou 0,2%) empregavam tratores. Trinta anos depois, a situação, quanto aos arados, evoluiu sensivelmente, enquanto para os tratores o substancial aumento pouco representou em face da extensão da área cultivada. Em 1950, de cerca de 2.060.000 estabelecimentos agrícolas, 442.210 utilizavam arados de aiveca, que se usam com a força animal, e 41.146 empregavam arados de disco, mais apropriados para os tratores. Naquele ano, estimava-se que 23,4% das propriedades censeadas usavam arados. Registre-se, neste particular, o notável avanço da região Sul que reunia, então, 85,2% dos arados e 75,8% dos tratores existentes no País. Na região sulina, a primeira etapa da mecanização, ou seja, a força animal com o arado, já atingiu proporções apreciáveis, ao passo que nas demais a predominância da força humana é absoluta.

PARTICIPAÇÃO NA RENDA NACIONAL

No "Balanço agropecuário de 1955", publicado por "Conjuntura Econômica", em seu número de janeiro do corrente ano, foi posta em destaque a queda verificada na participação das atividades agropecuárias na distribuição da renda nacional, enquanto as demais atividades apresentam, ou crescimento suave, ou relativa estabilidade. Nos três últimos anos, aquela participação da agropecuária apresentou a seguinte evolução: em 1953 — 29,5%, em 1954 — 30,4% e em 1955 — 29,9%.